

**A. I. Nº** - 206920.0011/11-0  
**AUTUADO** - IVONE BONADIMAN ZANOTTO  
**AUTUANTE** - MARCO ANTÔNIO MACHADO BRANDÃO  
**ORIGEM** - INFAZ BARREIRAS  
**INTERNET** 12.03.2012

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0063-05/12**

**EMENTA:** ICMS. REMESSA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PARA ESTABELECIMENTO BENEFICIADOR SEM O DEVIDO RETORNO. Infração reconhecida em parte. Contribuinte comprova retorno dos produtos de forma parcial. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Através do Auto de Infração em lide, lavrado em 09/05/2011, foi atribuído ao sujeito passivo o cometimento de irregularidade concernente à legislação do ICMS de ter deixado de recolher o imposto em razão de remessa de produto agropecuário para estabelecimento beneficiador, neste Estado, sem o devido retorno, gerando um débito de ICMS no montante de R\$34.067,93 para toda a ação fiscal, relativo ao período de 01/01/2006 a 31/03/2010.

O contribuinte autuado impugnou o lançamento de ofício às fls. 24 a 28, com documentos anexos acostados aos autos, salientando que, conforme demonstrará, a exigência fiscal é parcialmente procedente, razão pela qual espera que a autuação seja cancelada em parte, nos termos que passo a expor.

Alega o autuado, conforme consta dos documentos acostados aos autos as fls.37 a 51, que existe inconsistência no Auto de Infração em tela, com a caracterização de que teria praticado remessas de produto agropecuário para estabelecimento beneficiador, sem o devido retorno, uma vez que a mesma traz aos autos as notas fiscais que comprovam o retorno dos referidos produtos objeto da ação fiscal.

Observa que, em 2009, a remessa de 77.000 Kg (fl.10) de algodão em capulho para beneficiamento foi efetuada para a empresa COTTON PLACAS LTDA, sendo expedidas as Notas Fiscais nºs 134 a 140 (fl.37), e a mesma quantidade foi devolvida através das notas fiscais emitidas pela COTTON PLACAS LTDA de números 15586, 15590, 15591 e 16071, conforme cópias às fls. 38 a 41.

No ano de 2008 a remessa dos 179.400 kg (fl.09) de algodão em capulho para beneficiamento foi efetuada para a empresa ALGODOEIRA BAHIA COTTON, sendo expedidas as notas fiscais 85 a 100 (fl.42). Da mesma forma, a ALGODOEIRA BAHIA COTTON devolveu os produtos beneficiados na mesma quantidade através da nota fiscal emitida de numero 1112 (fl.43).

Em 2007 foi enviada a UBS COTTON LTDA a quantidade de 229.800 kg (fl.08) de algodão em capulho para beneficiamento, com a expedição das Notas Fiscais nºs 51 a 76 (fl.44), sendo que todas as quantidades foram retornadas pela UBS COTTON LTDA com a emissão da Nota Fiscal nº 1089 (fl.45).

Quanto ao ano de 2006, da remessa dos 114.962 kg (fl.05) de algodão em capulho para beneficiamento na empresa COTTON PLACAS LTDA, através das Notas Fiscais expedidas de nºs 8 a 18 (fl.46), apenas 57.891 kg a recorrente pode comprovar o retorno, com a emissão pela COTTON PLACAS LTDA das Notas Fiscais nºs 9063 (fl.47), 8798 (fl.48), 8824 (fl.49), 9248 (fl.50) e 9284 (fl.51).

Conclui, então, com exceção do ano de 2006, não deve incidir ICMS sob operações de saídas de mercadorias relacionada com o que depreende o art. 622, parágrafo 2º do RICMS/BA, posto que comprova o retorno de todo algodão enviado para beneficiamento.

Diante da diferença apurada, no ano de 2006, relativo à remessa de algodão enviado para beneficiamento e que não pode comprovar seu retorno; a recorrente efetuou um recolhimento de ICMS a Fazenda Estadual com as devidas multas e juros, o que importou no valor total de R\$2.284,83 (fls.35-36).

Requer, ao final, que este Conselho de Fazenda, diante das provas documentais apresentadas, seja considerado parcialmente inconsistente o Auto de Infração em tela, uma vez que nas operações referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009 não deve incidir ICMS, pois apresentou os documentos de retorno de beneficiamento de algodão em capulho remetido às algodozeiras, devendo incidir ICMS apenas sobre a quantidade apurada no exercício de 2006, uma vez que não logrou êxito em encontrar documentação para provar o efetivo retorno das mercadorias enviadas para beneficiamento.

O autuante prestou Informação Fiscal às fls. 53 a 54, destacando que os argumentos de impugnação do autuado prosperam, em parte, face às provas documentais apresentadas que comprovam, parcialmente, o retorno do beneficiamento do algodão em capulho.

Destaca o fiscal autuante que, no exercício de 2007, o Contribuinte Autuado apresentou Nota Fiscal nº 1089 (fl.45) da UBS Cotton Ltda comprovando o retorno do beneficiamento. No exercício de 2009 comprovou o retorno do beneficiamento mediante apresentação das Notas Fiscais de nºs 15586 (fl.38), 15590 (fl.39), 15591 (fl.40) e 16071 (fl.41) da Cotton Placas. No exercício de 2008 o autuado apresentou a Nota Fiscal nº 1112 (fl.43) de emissão da Algodoeira Bahia Cotton, comprovando o retorno do algodão em capulho enviado para beneficiamento.

Complementa o autuante, que no exercício de 2006, o autuado confirma que não tem como comprovar o retorno do beneficiamento de 57.130 kg de algodão em capulho enviado para beneficiamento, tendo recolhido o valor de R\$ 2.284,83, referente ao ICMS, multa e demais acréscimos.

Acolhendo as argumentações impugnatórias do autuado quanto à constituição do débito do ICMS consignado no Auto de Infração em tela, o autuante desenvolveu novo Demonstrativo (fl.55) de consolidação das remessas e retornos do algodão beneficiado, relativo a todo o período da ação fiscal. O resultado é a apuração de um débito de ICMS no valor de R\$ 2.659,41 para o ano de 2006. Com os ajustes efetuados, o autuante não encontra nenhum débito de ICMS para os anos de 2007, 2008 e 2009.

Observo nos autos, às fl.75 e 76, demonstrativo de pagamento extraído do Sistema SIGAT em que detalha 02 (dois) pagamentos do PAF relativo ao valor reconhecido na autuação pelo autuado.

## **VOTO**

Inicialmente, constato que o presente Processo Administrativo Fiscal está revestido das formalidades legais no que preceitua o RPAF/99, onde não foi constatada violação ao devido processo legal e à ampla defesa, sendo os impostos, as multas e suas bases de cálculos apurados consoantes os levantamentos e documentos acostados aos autos.

Verifico que foi imputado ao contribuinte autuado o cometimento de 1 (uma) infração em razão de ter praticado remessa de produto agropecuário para estabelecimento beneficiador, neste Estado, sem o devido retorno. O art. 341 do RICMS/BA, combinado com inciso III do mesmo diploma legal é claro em afirmar que é suspensa a incidência do ICMS nas saídas de produtos agropecuários para estabelecimento beneficiador, neste Estado, por conta e ordem do remetente, bem como nos respectivos retornos, reais ou simbólicos.

A análise das documentações apresentadas pelo autuado, ratificado pelo fiscal autuante em sua informação fiscal às fl.70 a 71, demonstra efetivamente o retorno dos produtos agropecuários enviados para beneficiamento, objeto da infração 1 do auto em tela, no que estabelece o art. 341

do RICMS/BA, exceto quanto aos 57.131 kg de algodão remetidos à empresa COTTON PLACAS LTDA, no exercício de 2006, que não fora apresentado documentação.

Isto posto, diante das provas documentais apresentadas e acostadas aos autos, somos favoráveis em acatar o pedido do contribuinte autuado em considerar parcialmente inconsistente o Auto de Infração 206920.0011/11-0, uma vez que nas operações referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009 não deve incidir ICMS, pois o autuado apresentou os documentos de retorno de beneficiamento dos produtos agropecuários (algodão em capulho) enviados para estabelecimento beneficiador (as algodoeiras); devendo incidir ICMS, apenas sob a quantidade de 57.131 kg (fl.46-51) de algodão em capulho enviado para beneficiamento na empresa COTTON PLACAS LTDA, referente ao ano de 2006, já que não logrou êxito o autuado em apresentar documentação que, efetivamente, demonstrasse o retorno desse produto beneficiado, mantendo o valor originalmente cobrado pelo autuante na forma dos demonstrativos às fls.04 e 55 em relação ao ano de 2006.

Em consequência, observo que o demonstrativo de débito original da Infração 1 deve ser alterado para o seguinte:

Dt. Ocorr.	Dt. Vencto.	Valor Histórico – R\$
01/03/2007	01/03/2007	2.659,41
01/03/2008	01/03/2008	-
01/03/2009	01/03/2009	-
01/03/2010	01/03/2010	-
<b>Total Infração 01</b>		<b>2.659,41</b>

Por todo o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração nº 206920.0011/11-0 em tela por restar devida parcialmente a infração 1, devendo ser homologado o valor já recolhido.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206920.0011/11-0** lavrado contra **IVONE BONADIMAN ZANOTTO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.659,41**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de fevereiro de 2012.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

JOAO VICENTE COSTA NETO – RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – JULGADOR